

TC nº 027.160/2016-5.

Tipo: Tomada de Contas Especial

Entidades: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Responsáveis: Franceilton Sousa dos Santos (CPF 637.298.493-87) e Lucival Mota Carvalho (CPF 623.894.403-04).

Representação Legal: não há.

Dados do Acórdão Condenatório (peça 27)

Número/Ano: 782/2018

Colegiado: Plenário

Data da Sessão: 11/4/2018.

Ata nº: 12/2018.

CHECK-LIST DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

Itens a serem verificados no Acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Está (ão) correta (s) a(s) grafia do(s) nome(s) do(s) responsável(eis)?	X		
2. Está (ão) correto (s) o (s) número (s) do (s) CPF (s) /CNPJ (s) do (s) responsável (eis)? (Ver extrato do CPF/CNPJ nos autos)	X		
3. Está (ão) correto (s) o (s) valor(es) e a(s) data(s) do(s) débito(s)?	X		
4. Está explícita no acórdão a solidariedade dos débitos? (se for o caso)			X
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida? (Em caso de acórdão recursal)			X
6. Estão corretamente identificados no Acórdão os cofres para recolhimento do (s) débito (s)? (1)	X		
7. A (s) multa (s) será (ão) recolhida (s) aos cofres do Tesouro Nacional?	X		
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?	X		
9. Há coincidência entre os valores de débito/multa imputados no voto do Relator e os valores que constam no acórdão prolatado?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de Monitoramento?		X	
12. Há alguma medida processual (ex.: arresto de bens) a ser tomada?		X	
13. Há Representante (s) Legal (is) no processo?		X	
13.1. O(s) Representante(s) Legal(is) está(ao) corretamente cadastrado(s) no processo?x			X
13.2. Há cópia (s) da (s) carteira (s) da OAB do (s) Representante (s) Legal (is) corretamente cadastrada (s) no processo?			X
13.3. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior, consta cópia do comprovante de inscrição na OAB extraído do cadastro nacional (v. site http://www.oab.org.br/)			X

INSTRUÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO.

1. Atesto quanto aos itens acima indicados, que, conferidos os termos do Acórdão em epígrafe, **NÃO FOI** identificado erro material.
2. Diante do exposto, submeto o processo à consideração superior, propondo, em face da delegação de competência inserta nos incisos II e V, art. 2º - Portaria- Secex-MA n. 2, de 13.3.2018 o encaminhamento dos autos ao Serviço de Administração desta Secex-MA, para as providências cabíveis indicadas no Acórdão nº 782/2018 - TCU – Plenário, quais sejam:
 - a) proceder a notificação do responsável, **Sr. Franceilton Sousa dos Santos (CPF 637.298.493-87)**, de acordo com o estabelecido nos subitens **9.2 e 9.3** do Acórdão acima citado;
 - b) proceder a notificação do responsável, **Sr. Lucival Mota Carvalho (CPF 623.894.403-04)**, de acordo com o estabelecido nos subitens **9.2 e 9.4** do Acórdão acima citado;
 - c) comunicar à Secretaria Federal de Controle Interno e à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do § 3º do art. 270 do RI/TCU, que foi aplicada aos Srs. Franceilton Sousa dos Santos (CPF 637.298.493-87) e Lucival Mota Carvalho (CPF 623.894.403-04) a sanção de **inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos**, prevista no art. 60 da Lei 8.443/1992, bem como, providenciar o envio de e-mail ao SCBEX/ADGECEX informando a data do trânsito em julgado de cada responsável declarado “ inabilitado”, para alimentação do “ Cadastro de Inabilitados para o exercício de cargo ou função pública” , nos termos do MMC-Adsup 8/2011;
 - d) encaminhar cópia desta deliberação, à **Procuradoria da República no Estado do Maranhão**, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para as medidas que entender cabíveis; e
 - e) encaminhar cópia desta deliberação, à **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**, para conhecimento do julgamento, e para que seja dado conhecimento à **unidade de controle interno respectiva**, para as providências pertinentes, nos termos do art.18, §§ 5º e 6º da Resolução TCU nº 170/2004.

Secex/MA, em 17 de abril de 2018.

(Assinado eletronicamente)
Rosa Maria Barros de Miranda
AUFC Mat. 737-4.